

## OS VENTOS QUE SOPRARAM DO LESTE: O PCB ENTRE O FIM DA HISTÓRIA E O MARXISMO

Hiran Roedel\*

Heitor Cesar R. de Oliveira\*\*

Recebido em: 13/10/2011 Aprovado em: 16/11/2011
--

**Resumo:** *Este artigo tem como objeto comparar a luta político-ideológica ocorrida no PCB e que gerou a criação do PPS, com o processo de mudanças manifestas na antiga URSS e no Leste Europeu. Visto de forma dialética, o impacto de tais mudanças, associado à dinâmica histórica do Brasil nos anos 80 do século XX, resulta em caminhos distintos para os comunistas brasileiros que desembocam na divisão em dois partidos.*

**Palavras-chaves:** *PCB; Política; História do Brasil; Comunismo; Revolução.*

### Breves comentários iniciais

*Essa reorganização, evidentemente, não pode ser feita de acordo com figurino ou modelos, supor que a Perestroika porque vai fomentar o interesse material, a iniciativa de cada um e avaliar os resultados dessa economia – levará inevitavelmente a um modelo capitalista, isso é arrematada tolice. (MALINA, 1988).*

Ao se estudar o PCB, é preciso estabelecer um conjunto de conexões para além do PCB e do próprio Brasil, já que se trata de uma organização comunista referenciada no marxismo, ideologia/teoria que se propõe universal cujos laços internacionais são em muitos momentos determinantes. Torna-se, assim, impossível dar conta da “evolução” do PCB no cenário político brasileiro sem relacioná-la aos acontecimentos mundiais e, em particular, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a antiga URSS. Compreende, pois, nesta e em seu modelo, não somente de revolução, como seu quadro teórico – prático, bem como organizativo, a matriz política, ideológica e teórica do PCB. Realizemos, pois, em linhas gerais, algumas considerações sobre esse modelo.

---

\* Doutor em Comunicação.

\*\* Mestrando em História – Unirio.

## O cenário referencial

Quando em Outubro de 1917 a seção dos Bolcheviques, liderada por Vladimir Lênin, assumia o poder político na Rússia, recém-liberta do regime Czarista, não apenas quebrava a corrente internacional do capitalismo, como quebrava também a corrente do movimento marxista até então estabelecida.

O grupamento político liderado por Lênin surgia como uma dissidência dentro da II Internacional, com fortes críticas dirigidas à cúpula do prestigiado corpo dirigente da Social Democracia Européia, como fica claro no polêmico “A Falência da II Internacional”, de Lênin:

*A Falência da II Internacional exprimiu-se com especial clareza na traição escandalosa, pela maioria dos partidos social-democratas oficiais da Europa, de suas convicções e de suas resoluções... Mas essa falência, que marca a vitória total do oportunismo, além da transformação dos partidos social-democratas em partidos operários nacional-liberais, não é senão o resultado de toda a época histórica da II Internacional, do final do Século XIX ao começo do Século XX. As condições objetivas dessa época de transição – que vai do encerramento das revoluções burguesas e nacionais na Europa Ocidental ao princípio das revoluções socialistas – engendraram e alimentaram o oportunismo. Em certos países da Europa, pudemos observar, no decorrer desse período, uma cisão do movimento operário e socialista, cisão que se produziu, no seu conjunto, em função do repúdio à linha oportunista... A crise gerada pela guerra ergueu o véu, varreu as convenções, rebentou o abscesso já de há muito maduro e mostrou o oportunismo no seu verdadeiro papel de aliado da burguesia. (LÊNIN, 1979, p.70).*

Assim, apontava-se a irreconciliável possibilidade de unidade na II Internacional nucleada, até então, pelo forte Partido Social Democrata Alemão de Kautsky. Tal dissidência, além do próprio Lênin, líder do Partido Bolchevique Russo, teve vários outros membros de Partidos Socialistas e sociais democratas, inclusive no interior do próprio Partido Alemão, como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. (ROCHA, 2006, p.156).

Tais críticos da doutrina oficial do Marxismo na Europa ganharam força com o advento da Grande Guerra Mundial (1914–1918). Evento no qual os Partidos Sociais democratas da Europa em consonância com as lideranças da II Internacional assumiram a defesa de seus países, inclusive participando da organização da Guerra ao lado das respectivas burguesias nacionais, como evidencia Lênin ao colocar o caráter

extremamente vantajoso da Guerra para as burguesias e a postura de Kautsky em omitir o real caráter da Guerra:

*A Guerra trouxe à classe dos capitalistas não apenas benefícios fabulosos e magníficas perspectivas de novas pilhagens (Turquia, China etc.), novas encomendas calculadas em bilhões, novos empréstimos com taxas de lucro majoradas, mas também trouxe à classe dos capitalistas vantagens políticas bem superiores, dividindo e corrompendo o proletariado. Kautsky ajuda nessa corrupção (LÊNIN, 1979, p.47).*

A Grande Guerra foi um evento que marcou profundamente a Europa. Não havia acontecido, até então, um conflito de tamanha proporção em violências em que, a partir dele, novas armas mudaram para sempre a lógica das guerras que o mundo vivera até então. Porém, não se limitando ao cenário do capitalismo, a guerra marcaria a definitiva ruptura no interior do movimento comunista, fortalecendo a crítica da falência da II Internacional, que ao cumprir o papel de unificador nacional durante a guerra, demonstraria suas limitações em conduzir o movimento do proletariado em momento de revoluções e rupturas, diante das novas características do capitalismo, o imperialismo, sua fase superior (ROCHA, 2006, p.158).

É na Rússia, marcada pelo atraso e por uma Guerra fracassada, onde os comunistas, tendo à frente Lênin, Zenoviev, Kamanev, Trotsky, Bukarin e outros bolcheviques, começaram a construir não apenas o regime socialista, como a reorganizar o movimento comunista, agora através de uma nova internacional, a Internacional Comunista (Komintern). O avanço da luta revolucionária proporcionou, também, a união de vários países e territórios e novos Partidos comunistas que nasciam no âmbito da Revolução, transformando a Rússia, o primeiro país socialista do mundo, na União das Repúblicas Socialistas Soviética, URSS.

Lênin, ao discursar na ocasião do 4º aniversário da Revolução de Outubro, destaca:

*Esta primeira vitória não é ainda a vitória definitiva, e a nossa revolução de Outubro alcançou-a com privações e dificuldades inauditas, com sofrimento sem precedentes.... Pela primeira vez depois de séculos e milênios, a promessa de responder à guerra entre escravistas com a revolução dos escravos contra toda espécie de escravista foi cumprida até o fim... e é cumprida apesar de todas as*

*dificuldades. Nós começamos esta obra. Quando precisamente, em que prazo os proletários de qual nação culminarão esta obra – é uma questão não essencial. O essencial é que se quebrou o gelo, que se abriu caminho, que se indicou a via. (LÊNIN. Obras Escolhidas, V. III. 1980, p.548).*

Agora, a corrente Internacional do Marxismo estava também rompida. O marxismo ganharia alguns aspectos novos em relação ao ideário da II Internacional, com uma releitura da própria obra de Marx e Engels acrescida pela teoria e prática do Partido Bolchevique, agora Partido Comunista. O modelo soviético de construção do socialismo, mais tarde codificado por Stalin como marxismo-leninismo, seria a nova mola propulsora do movimento comunista internacional (MCI), assim como também sua nova ideologia oficial, com uma nova Internacional, a III Internacional (Internacional Comunista ou Komintern) e reordenação dos comunistas, uns rompendo com a social democracia e construindo um Partido Comunista, outros com o acúmulo de seus próprios movimentos operários, ora anarquistas, ora de natureza já comunista. Surgia outra denominação e outra cultura política no cenário internacional, os PCs, e um novo centro revolucionário, Moscou, capital da URSS.

O novo movimento, agora sob o signo da III Internacional, diferenciava-se muito nas esferas político e organizativo da II Internacional, se esta possuía ares de uma federação, a III Internacional possui características de um só partido comunista internacional, um forte centro político de atribuições ampliadas, Moscou pretendia ser agora a irradiadora da Revolução Mundial, um centro nervoso do movimento comunista:

*Atualmente já possuímos uma experiência internacional bastante considerável, experiência que demonstra, com absoluta clareza, que alguns aspectos fundamentais da nossa revolução não têm apenas significação local, particularmente nacional, russa, mas revestem-se, também, de significação internacional... (LÊNIN, 1960, p.9).*

Em pouco tempo partidos comunistas, inspirados de toda forma no recém-fundado Partido Comunista Russo<sup>1</sup>, surgiam no cenário internacional, até onde o movimento operário ainda não possuía força, organizações de caráter comunistas, voltadas ao exemplo soviético se multiplicavam. Ganhava força dentro do MCI o conjunto de proposta da Revolução como uma tomada violenta do Estado Burguês, sua

demolição a partir da construção do novo regime (LÊNIN, **Obras Escolhidas** V, v. II, 1980).

Lênin, líder e principal teórico do processo que se desenvolveria agora na nascente União Soviética, apresentava a possibilidade do socialismo não apenas como o sucessor histórico do capitalismo, algo que surgiria após o esgotamento das possibilidades revolucionárias do capitalismo, mas sim como uma alternativa ao modo de desenvolvimento capitalista. O socialismo não necessariamente surgiria nos países capitalistas mais desenvolvidos, mas poderia, diante da nova realidade advinda da fase imperialista do capitalismo e do desenvolvimento desigual dos países capitalistas, surgir num elo fraco da corrente internacional do capitalismo (LENIN, **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**, 1979).

O peso dessa análise influenciaria fortemente as teses dos Partidos Comunistas e, ao mesmo tempo, seria um grande impulsionador nos Partidos Comunistas dos países periféricos do capitalismo mundial. Estes, agora, passariam a ver a possibilidade da construção do socialismo dentro de suas próprias fronteiras. Porém, a ascensão de Stalin ao poder na URSS e o erguimento do stalinismo ofereceriam o outro caminho revolucionário para o socialismo.

### **Razões e crítica ao stalinismo**

O stalinismo é resultante da conquista do poder na URSS por Stalin, em 1927. A partir de uma intensa luta política contra Trotsky pela liderança do processo revolucionário, sua ascensão levaria, igualmente, à divisão do movimento comunista internacional.

No ano seguinte o stalinismo iniciava sua configuração, cujo ato de fundação foi o lançamento do Primeiro Plano Quinquenal em que a essência era a “revolução a partir de cima”. Excluía-se, portanto, a participação da sociedade organizada que era substituída pelas direções ditadas pelo Estado a partir de um modelo que trazia em si a gênese da primazia da coerção.

Encontrava-se, nesse aspecto, um ponto crucial do rumo da revolução socialista soviética e que se expandiria como orientação para os partidos comunistas em todo o mundo. Ou seja, o controle político dos aparelhos burocráticos fosse do Estado ou do partido passaria a ser o prioritário e, nesse sentido, o debate teórico deveria ser abafado,

pois significaria ameaça ao poder burocrático dos funcionários. Diante disso, um ponto importante e justificador do princípio do stalinismo era “de que o Estado deve ser muito fortalecido antes que se possa esperar o seu ‘desaparecimento’ de acordo com a doutrina marxista” (D P M, 1988, p.365).

A burocracia é vista, assim, como uma questão central, o que Stalin já apontava em seu texto datado de junho de 1925 (*Perigos de Degenerescência do Estado Soviético*), no qual afirma, defendendo a aliança no domínio administrativo e político, que a

*realização da democracia soviética na cidade e no campo, a fim de simplificar e tornar menos oneroso o aparelho de Estado, de o limpar do ponto de vista moral, de eliminar dele o burocratismo e os fatores de corrupção burguesa, de o ligar estreitamente às mais vastas massas, é esse o caminho que deve seguir o Partido se quiser reforçar a aliança no domínio administrativo e político.* ([www.marxists.org](http://www.marxists.org). STÁLIN, 1925).

O teor do texto enuncia a decadência do Estado soviético e constrói seus argumentos, no campo da moral e da ideologia – por ele entendida –, definindo seus responsáveis. Com isso, Stalin lançava as bases, primeiro, da classificação de seus opositores ligados ao Estado, quando afirma ser necessário “de o limpar do ponto de vista moral, de eliminar dele o burocratismo e os fatores de corrupção burguesa”. Além do viés moralista, as acusações deveriam, para justificar tal eliminação de quadros opositores, pautar-se não somente na corrupção, mas no seu aspecto supostamente ideológico: o burocratismo e os fatores de corrupção burguesa, cuja enunciação apontava para o desvio ideológico.

O exercício discursivo utilizando o sufixo “ismo” determina, portanto, o caráter pejorativo da burocracia burguesa e de seus seguidores, porém sem, por motivos óbvios, defender a não existência de um amplo aparelho burocrático. É justo que este aparelho burguês é que deve ser eliminado, pois ameaça a construção do novo Estado revolucionário. Por isso, logo em seguida Stalin aponta o caminho da eliminação, quando define que o novo Estado deve se “ligar estreitamente às mais vastas massas”. Contudo, deixa claro que o sujeito do processo deve ser liderado e, portanto, definido os parâmetros, pela burocracia partidária ao destacar que é esse o caminho que deve seguir

o Partido se quiser reforçar a aliança no domínio administrativo e político. Com tal diretiva reforçava, paradoxalmente, a alienação política no Estado socialista.

Prosseguindo, Stálin continua seu raciocínio definindo os parâmetros do Estado socialista que se encontra vinculado à ideia de ditadura do proletariado.

*A ditadura do proletariado não é um fim em si. Ela não é senão o meio de realizar o socialismo. Mas o que é o socialismo? O socialismo é uma transição da sociedade de ditadura do proletariado para uma sociedade sem Estado. E para percorrer essa etapa é preciso alterar o aparelho estatal, de forma a assegurar a transformação efetiva da sociedade de ditadura do proletariado em sociedade comunista. Este objetivo é atingido através de palavra de ordem de revitalização dos soviets, de realização da democracia soviética nas cidades e nos campos, do chamamento dos melhores elementos da classe operária e do campesinato a participar diretamente no governo do país. Sem a colaboração constante e ativa das massas, será impossível transformar o aparelho de Estado de alto a baixo, eliminar dele os fatores de burocracia e corrupção, aproximá-lo das massas e assegurar-lhe a sua simpatia. Mas essa colaboração constante e ativa das massas será impossível, por sua vez, se os melhores elementos operários e camponeses não forem chamados a intervir nos órgãos de governo, se não for estabelecida uma ligação estreita entre o aparelho de Estado e as grandes massas trabalhadoras (STALIN op. cit.).*

Observa-se aqui, mais que a defesa da ampliação do aparelho burocrático estatal, tendo em vista que o Partido assume a condição de condutor do processo revolucionário, defende-se a ideia de que os melhores quadros e, portanto, os militantes partidários devem ser incorporados ao governo. Se o objetivo é revitalizar os soviets como condição de “realização da democracia soviética nas cidades e nos campos”, ele se trai ao demonstrar que o seu conceito de democracia é extremamente seletivo, pois se encontra condicionado ao “chamamento dos melhores elementos da classe operária e do campesinato a participar diretamente no governo do país”. Os soviets, que eram conselhos populares em sua origem, são transformados, pelo entendimento de Stálin, em máquina burocrática de afirmação da política de governo.

Ao confundir e misturar partido e Estado, transformando o primeiro em defensor exclusivo da política de governo, elege os “melhores” militantes a uma espécie de verdadeiros revolucionários responsáveis por “mediarem” a burocracia e as massas, pois, caso assim não seja, a

*colaboração constante e ativa das massas será impossível, por sua vez, se os melhores elementos operários e camponeses não forem chamados a intervir nos órgãos de governo, se não for estabelecida uma ligação estreita entre o aparelho de Estado e as grandes massas trabalhadoras (idem).*

Mas é óbvio que Stálin não é o idealizador “genial” dessa fórmula centralizadora de Estado coercitivo. Afinal, a tradição no império czarista era de modelo absolutista, por isso tanto a centralização quanto o personalismo, este, inclusive, outra importante característica do stalinismo, já pautavam o imaginário social russo.

Não custa muito lembrar, e é sempre oportuno, de que ao se valer dos “limites da consciência possível” dessa sociedade, a revolução que Stálin se apresentava para liderar se encaminhava para uma encruzilhada. Observando a questão do ângulo da pertinência científica de suas proposições, conforme Marx apontava na segunda tese sobre Feuerbach, pode-se colocar os termos no seguinte patamar:

*A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente escolástica. (MARX, **Teses sobre Feuerbach**)*

Desse modo, a questão é saber se o modelo stalinista implicou em um avanço rumo à revolução ou se significou um atraso para esta. Nesse sentido, o recurso à base do imaginário remetia ao personalismo e ao autoritarismo reinante na formação social russa, fruto de séculos de domínio absolutista. Portanto, tal recurso, ao invés de gerar um ambiente favorável à produção de uma nova consciência, nega justamente o que Marx apregoava que,

*tanto para a produção massiva desta consciência comunista como para a realização da própria causa, é necessária uma transformação massiva dos homens que só pode processar-se num movimento prático, numa revolução; que, portanto, a revolução não é só necessária porque a classe dominante de nenhum outro modo pode ser derrubada, mas também porque a classe que a derruba só numa revolução consegue*



*sacudir dos ombros toda a velha porcaria e tornar-se capaz de uma nova fundação da sociedade.* (MARX, K. **A Ideologia Alemã**).

Parece, diante disso, que a concepção de “revolução a partir de cima” ao invés de revolucionar, ou “sacudir dos ombros toda a velha porcaria”, assenta-se justamente no oposto. Mantém afastado do poder de decisão a sociedade civil, na concepção gramsciana, e, reforçando a presença do Estado-Partido, inibe a destruição da hierarquia social.

Mas se a hierarquia que habitava o imaginário russo era pautada na relação político-ideológico de origem feudal e pela propriedade privada da terra, principalmente, no novo regime proposto por Stálin é certo que tal relação se modificara, porém não a extinguiu. O socialismo stalinista fundava a hierarquia em novas bases, agora na estrutura burocrática do Estado-Partido. Ou seja, as relações de poder se deslocavam para o campo da burocracia e, desse modo, não chegariam ao ponto de criar rupturas, mas, pelo contrário, tornara-se incapaz “de uma nova fundação da sociedade.”

Erguia sobre a sociedade um aparelho burocrático que não só se pretendia onipresente, portanto regulador do cotidiano social, mas também onisciente – pela necessidade de tudo saber para melhor se manter; ou ainda, para a garantia da perpetuação das novas relações de poder, deveria ser entendido como onipotente e, desse modo, capaz de agir em nome de todos para se tornar permanente.

Um Estado-Partido que se fazia existir a partir da vigilância e da coerção, levou Gramsci a desenvolver severas críticas ao observar que

*nas sociedades onde a unidade histórica de sociedade civil e sociedade política é entendida dialeticamente (na dialética real e não apenas conceitual), e o Estado é concebido como superável pela ‘sociedade regulada’, o partido dominante não se confunde organicamente com o governo, mas é instrumento para a passagem da sociedade civil-política à ‘sociedade regulada’, na medida em que absorve ambas em si, para superá-las, não para perpetuar a contradição entre elas.* (COUTINHO, 1999, p.141).

Nesse sentido, Gramsci, ao tematizar a dissociação política da sociedade, no modelo stalinista, do controle burocrático do poder, encontrava na crítica à estadolatria

seu ponto radical. Assim, observava que “a ‘estadolatria’ não deve ser deixada a seu livre curso, deve ser criticada” (Ibidem:139).

Contudo, a conjuntura histórica favoreceu o desenvolvimento do stalinismo como modelo hegemônico. A afirmação da URSS nos anos 30 já como um regime consolidado, devido à eliminação de seus opositores internos, e a emergência de regimes intervencionistas tanto nos limites do liberalismo quanto no nazi-fascismo, permitiu que a centralização soviética fosse vista de forma mais naturalizada. Afinal, não era o modelo soviético o inimigo a ser combatido naquele momento pelos comunistas.

A 2<sup>a</sup> Guerra deu fôlego e poder ao stalinismo. Com o término do conflito, a URSS assumiu a hegemonia do bloco geopolítico do socialismo real no Leste Europeu e de sua posterior expansão para a Ásia e África. Desse modo, o modelo do Estado-Partido, hierarquizado, passou a se constituir como a principal referência para os demais partidos comunistas no mundo, bem como para a maioria dos processos revolucionários.

O mundo se encontra, a partir de então, bipolarizado. A prioridade da URSS se desloca da luta de classes para a geopolítica. É nesse contexto, mesmo após o XX Congresso do PCUS, que a conjuntura da Guerra Fria se consolida e passa a orientar as políticas internacionais soviéticas, levando esta a optar pela estratégia da *guerra de posição* no campo político-ideológico.

Desse modo, a Guerra Fria desloca os conflitos militares, responsáveis por consolidarem as relações de poder e de dominação na lógica da geopolítica, para a periferia. O mundo deixara, com isso, de ser visto de modo dialético para ser entendido como sistema de poder das grandes potências. Assim, no que concerne às disputas entre as duas principais potências mundiais, o ponto central se tornou a ampliação de áreas de influência e os embates ideológicos.

Na disputa dos aparelhos ideológicos, a política soviética buscou atrair para seu campo a intelectualidade inclusive no meio acadêmico. Tornava-se questão estratégica para a esquerda a difusão do marxismo nos mais variados espaços.

Ora, aí residem duas importantes questões. Primeiro, o equilíbrio de força internacional em decorrência da corrida armamentista; segundo, a submissão teórica imposta ao campo do marxismo decorrente do legado do stalinismo.

Se por um lado a constituição da URSS como potência militar impediu durante décadas o avanço do regime do capital e permitiu conquistas sociais e trabalhistas também no Ocidente, por outro a subordinação teórica comunista à lógica da política externa soviética inibiu o desenvolvimento da crítica marxista no mundo. Ou seja, a questão geopolítica e sua defesa assumem a condição prioritária nos debates políticos.

### **A crise do modelo e suas ramificações**

Com a crise do modelo dos regimes do chamado Socialismo Real,<sup>2</sup> fruto do conjunto de crises geradas/potencializadas pelo processo de transformação desencadeada na URSS nos princípios dos anos 1980, os partidos comunistas repercutiram em seu interior todo o conjunto de debates e discussões acerca dos rumos e de suas possibilidades de enfrentamento dessa situação. A resposta à estagnação econômica e à crise teórica/política se anunciou, dentro de novos paradigmas, rompendo os princípios fundantes do marxismo e da Revolução de Outubro.

Debates acerca de um mundo íntegro, onde a luta de classes passaria a ser cada vez mais secundarizada diante de novas demandas “universais”, do tipo: como evitar a extinção da humanidade, como salvar o meio ambiente<sup>3</sup> e demais lutas que demandavam uma “união” em prol da humanidade, para além dos interesses de classes.

Não obstante esse conjunto de debates, uma nova discussão começava a correr no mundo comunista e nos Partidos Comunistas, sobre novas formas de intervenções nesse mundo em acelerada transformação, gerada pelo avanço das tecnologias de comunicação que possibilitavam novas intervenções, porém, cujas estruturas políticas dos PCs apresentavam insuficiências práticas. Uma conjuntura que potencializaria a discussão se tais insuficiências estavam no instrumental teórico analítico ou nas próprias organizações em si.

Na ocasião do aniversário de 70 anos da revolução soviética, as transformações iniciadas com a *Perestroika* (reestruturação) estavam presentes em todos os níveis da sociedade e um novo termo vinha a se juntar a este termo: *Glasnost* (transparência). Estava lançada a ideia do Estado Socialista de Direito, no qual as instituições do Estado passariam a ganhar mais autonomia em relação ao PCUS. Iniciava assim, ou pelo menos se tentava, o processo de separação entre Estado e Partido, rompendo com o modelo stalinista.

Nesse clima, ocorreu a XIX Conferência Nacional do PCUS, em junho de 1988. A conferência possuía um caráter de balanço, uma extensa avaliação sobre o curso das realizações do XXVII Congresso de 1986, assim como uma discussão acerca das novas perspectivas de aprofundamento da *Perestroika*. Outra questão importante levada à discussão do plenário seria a necessidade de se fazer uma profunda e radical reforma política na URSS.

Em relatório apresentado ao plenário da Conferência, Mikhail Gorbachev realiza uma avaliação sobre a aplicação e os impasses sobre as resoluções do XXVII Congresso, no qual aponta que parte “considerável dos setores básicos da economia já aplica plenamente os princípios da autogestão e do financiamento, em obediência à lei de empresa Estatal” (PCUS, 1988:15).

Parte das propostas apresentadas à Conferência já eram conhecidas internacionalmente através do livro “Perestroika”, de Gorbachev, lançado em 1987. Neste livro, Gorbachev levanta questões sobre a reforma não apenas da URSS, mas, segundo ele, novas ideias para a URSS e para o mundo. Apontava a necessidade de se levar até as últimas consequências as reformas da *Perestroika* e a explica como algo além de reformas econômicas superficiais:

*De acordo com nossa teoria, a revolução significa construção, mas também envolve demolição de tudo aquilo que ficou obsoleto, estagnado e que acaba por emperrar o progresso. Sem ela não se pode limpar o local para a nova construção. A Perestroika também significa eliminação decidida e radical dos obstáculos que prejudicam o desenvolvimento social e econômico, dos métodos antiquados de administração econômica e da mentalidade estereotipada e dogmática. (GORBATCHEV, 1987, p.56).*

Gorbachev procurava implementar as reformas “revolucionárias” em todas as esferas da vida soviética. Em seu livro, onde apresentou ao mundo o conjunto de suas formulações, utiliza o mesmo tom de críticas que marcaria seu relatório à conferência do PCUS de 1988. Sobre a *Glasnost*, esta era apresentada como necessária para a sobrevivência e sucesso da *Perestroika*:

*A democratização da sociedade e as mudanças sociais e econômicas em grande parte estão ganhando impulso graças ao desenvolvimento da glasnost. Não é preciso dizer que a política do partido é a base desse*

*processo. As coisas não começarão a mudar, no entanto, se o curso político não for seguido de maneira compreensível para as massas.* (GORBATCHEV, 1987, p.83).

Ou seja, a visão de Gorbachev era de que sem as transformações no plano político, as transformações da *Perestroika* estavam condenadas a se estagnarem. Outra questão a ser levantada é o fato de que constantemente Gorbachev procurava utilizar referenciais de Lênin, com uma releitura de suas principais obras e práticas, em especial sobre a Nova Política Econômica (NEP).

Ainda sobre a conferência do PCUS, os resultados positivos da economia eram todos atribuídos à implementação da *Perestroika*, e os fracassos à resistência de “setores” da sociedade e do PCUS as reformas. Assim sendo, era necessário a retirada de tais setores para a garantia e sucesso da *Perestroika*.

É descrito por Gorbachev o processo crescente de burocratização da vida soviética, suas consequências na estagnação da vida político-econômica e sua necessária superação:

*O sistema político existente revelou-se incapaz de nos proteger contra os crescentes fenômenos de estagnação na vida social e econômica durante os últimos decênios e condenou ao fracasso as reformas empreendidas naquele período. Tornou-se prática usual a concentração cada vez maior nas mãos da direção político-partidária das funções de gestão econômica. Ao mesmo tempo cresceu o papel do aparelho executivo. O número de pessoas eleitas para os diferentes órgãos estatais e sociais chegou a representar um terço da população adulta do país...*

*No período de estagnação, o aparelho administrativo, que chegou a ter até cem ministérios e departamentos federais e 800 republicanos, começou na prática a ditar sua vontade tanto à economia como à política...*

*A estatização desmedida da vida social foi outra grave deficiência do sistema político que se criou.* (PCUS, p.50).

A crítica à crescente burocratização procura explicar a ausência da participação popular na política soviética através de um agigantamento desmedido do Estado, não como esfera administrativa, mas sim como aplicador da política do PCUS.

*o sistema político estabelecido ao longo de dezenas de anos foi-se adaptando à função cuja essência não consistia em organizar a vida*

*pública no âmbito da lei, mas principalmente em fazer cumprir ordens e diretrizes impostas pela força ...  
É precisamente neste sistema anquilosado de poder e nos métodos autoritários que se localizam os principais entraves à Perestroika...*  
(PCUS, p.51).

Dessa maneira, Gorbachev procurava levantar a questão da necessidade do estabelecimento de um Estado Socialista de Direito, fortalecendo *sovietes*, onde as decisões deveriam ser discutidas e não apenas referendadas as decisões da cúpula partidária. Assim se evidenciava que os próximos passos das reformas seriam no plano político, garantindo, segundo Gorbachev, o sucesso da *Perestroika*.

Nesse sentido, foi aprovada uma lei que acabava com os cargos vitalícios na esfera do Estado, somente podendo ser ocupado por dois mandatos consecutivos. Porém, reviravolta profunda ocorreria no ano seguinte, em 25 de março 1989, quando ocorreriam eleições para o novo legislativo soviético.

A reforma do sistema político começava a se materializar numa reunião plenária do PCUS em novembro de 1988, na qual se determinou mudanças estruturais e uma nova ordem dos organismos representativos do poder estatal. Tais encaminhamentos foram aprovados em sessão do *soviete* supremo que ratificou as mudanças na Constituição como expressa a revista “Em Foco”, publicação sobre o cotidiano político, econômico e social soviético.

*A Reforma política em curso na URSS é o elemento mais importante da Perestroika. As transformações econômicas e sociais estão condenadas ao fracasso desde que não sejam garantidas a democracia e a participação dos cidadãos na aprovação das resoluções adotadas em qualquer nível... a democracia é o oxigênio da Perestroika* (Em Foco, 1989, n° 73, p.2).

Os impactos das reformas e reestruturações soviéticas ecoaram com força nos países do bloco socialista, em especial nos países do Leste Europeu que, desde os meados da década de 1980, realizavam reformas inspiradas nas transformações que se operavam na URSS. Com exceção da Romênia, da Albânia e da Iugoslávia, onde o desfecho ganhou ares mais dramáticos, os regimes socialistas do Leste se abriam e realizavam reformas que levaram as direções frágeis dos PCs que, sem a sua antiga base de sustentação e sem o apoio popular, perderam o controle dos processos.

A queda dos regimes do Leste Europeu, de maneira geral ocorreria a partir de 1989, ano da emblemática derrubada do “Muro de Berlim”, símbolo máximo da Europa dividida pela Guerra Fria. Cabe destacar que esse episódio unificou não apenas os dois lados de Berlim, mas posteriormente a própria Alemanha, simbolizando a unificação do continente europeu sob a égide do neoliberalismo.

Na URSS, os eventos que ocorriam no Leste Europeu apenas confirmavam as teses que se hegemonizavam cada vez mais no PCUS, da integração européia. Ou seja, “a casa comum europeia” restabelecendo a cooperação mútua dos países.

Porém, a própria URSS, entusiasta da lógica da “abertura”, sofreria com o processo desencadeado. Ainda em princípio de 1989, as eleições possuíram características novas, e até certo ponto, inesperadas diante das modificações aprovadas pelo Comitê Central e pelo Soviete Supremo.

*As eleições gerais realizadas em março último na União Soviética... foram convocadas para eleger o congresso dos deputados do povo de 2250 membros, órgão mais alto do poder soviético, com competência de eleger o presidente da URSS e os 450 deputados do Soviete Supremo. Do total, 750 deputados foram eleitos diretamente pelo plenário do PCUS e pelas organizações sociais – Komsomol (União da Juventude Comunista Leninista), sindicatos, Academia de Ciências, organizações femininas, de intelectuais e artistas, etc. Os outros 1500 foram eleitos pelo voto popular direto num pleito que pela primeira vez neste âmbito, teve candidaturas múltiplas nas diversas circunscrições... (Em Foco 1989, n° 78, p.4-5).*

O clima de debate aberto das eleições foi potencializado pela imprensa que ampliou os espaços de debate. O PCUS conseguiu a maioria de 80 % dos eleitos ao congresso do povo, porém, essa maioria não significava um total controle do congresso tendo em vista que o próprio PCUS se encontrava profundamente dividido, limitando sua ação conjunta.

Um dos grandes destaques desta eleição foi dirigente do Partido Comunista em Moscou, Boris Ieltsin, crítico áspero da direção do PCUS e entusiasta da maior autonomia e mais dinamicidade à *Perestroika*. Ieltsin obteve 90% dos votos contra o candidato oficial do Partido, mas até mesmo por sua postura, não seria indicado para o Soviete Supremo. Ieltsin acusava duramente Gorbachev de fazer inúmeras concessões ao seguimento mais conservador do partido.

*A escolha do Soviete Supremo trouxe a surpresa da exclusão de Ieltsin, o que indicava a supremacia tradicionalista do PCUS no plenário do congresso dos Deputados do Povo. A marginalização de Ieltsin do órgão legislativo operacional provocou protesto populares..., o inesperado impasse foi rompido pela atitude de um deputado de distrito provinciano que renunciou à sua eleição ao Soviete Supremo, declarando explicitamente que o fazia em favor de sua substituição por Ieltsin. (GORENDER, 1991, p.59).*

Assim, foi instaurado na URSS um órgão representativo, palco de intensos debates e pela primeira vez na sua história, deliberando com independência da estrutura do PCUS. A proposta de Estado Socialista de Direito que se constituía, porém, traria consigo demandas que não poderiam ser contempladas pela estrutura do modelo socialista soviético.

Os novos paradigmas de orientação capitalista davam mostras de sua conformação. A economia soviética começava a atuar sem interferência do Estado. Organizavam-se cursos de empresários e empreendedores que passavam a questionar a interferência, já reduzida, dos ministérios no processo produtivo, reclamando uma total autonomia.

A crescente autonomia dos territórios e países federados fazia surgir um debate de cunho nacionalista em vários países integrantes da URSS, que passavam a reclamar independência. Os clubes políticos e associações funcionavam a pleno vapor, começavam a ganhar aspecto de partidos, ganhando também colorações distintas.

O clima de debate aberto que se inaugurava na URSS começou a questionar o próprio caráter do regime socialista, no qual críticas se encadeavam umas nas outras, de questionamento a Stalin, que se ligava a Lênin, de Lênin que se ligava a Marx e Engels, e assim a própria teoria do comunismo:

*O antistalinismo deixou de ser encarado como imperativo para recuperação da autenticidade do socialismo e se identificou ao antimarxismo. Por sua vez, o antimarxismo serviu de ponte para a adoção de concepções que vão da social democracia ao capitalismo liberal e às ideologias nacionalistas. Nessa atmosfera de maré montante do antisocialismo, crescia a popularidade de Boris Ieltsin. (GORENDER, 1991, p.59).*



O XXVIII Congresso do PCUS, convocado para Julho de 1990, marcaria uma ofensiva do setor menos simpático à *Perestroika*, que tentava diminuir a autonomia das empresas e sua autogestão, inclusive com apoio de setores dos trabalhadores, que viam nos resultados concretos da *Perestroika* a perda de direitos históricos. Começava a se constituir na URSS um clima de confronto, em que o setor mais tradicional do PCUS demonstrava que não mais iria ceder espaço para as propostas renovadoras. Exemplo desse momento foi a não aprovação da lei que legalizava a propriedade privada no campo.

No plano militar, a postura da URSS de se tornar uma potência com capacidade apenas defensiva, sem poder mais remanejar sua posição pelo globo, era vista como uma capitulação diante dos EUA e da OTAN, o que gerava nesse setor uma forte desconfiança em relação à administração de Gorbachev. Tal desconfiança ainda se agravaria mais com a ebulição dos discursos nacionalistas nos países integrantes da URSS, onde, desde 1987, explodiam conflitos, inclusive com massacres de etnia. (GORENDER, 1991, p.75).

As repúblicas bálticas realizaram, em março de 1991, plebiscito que demonstrava apoio popular à independência destas três nações integradas à URSS desde o fim da II Guerra Mundial. A situação nos países bálticos alcançou seu extremo quando as tropas soviéticas ocuparam rádios e edifícios da administração pública, resultando em 17 mortos.

Em parte essa ofensiva dos setores mais conservadores, denominados por ortodoxos, dava-se pelo desmonte do bloco socialista que, seguindo os eventos posteriores à queda do muro de Berlim, perdiam-se em meio à avalanche liberal.

Caracterizava-se uma inédita oposição entre setores independentes do Estado e os setores vinculados ao PCUS.

O extremo se sucedeu quando o congresso da Rússia elegeu Ieltsin como seu presidente numa postura clara de afronta ao PCUS. Tais acontecimentos enfraqueceram a direção de Gorbachev, que perdia o controle dos acontecimentos da URSS. Em março de 1991 ocorreu um plebiscito oficial do PCUS, que vários países boicotaram, facilitando o resultado favorável a continuidade da URSS como federação, tornando lei válida para todo território.

A economia soviética era o fiel reflexo da confusa situação interna, demonstrando uma forte estagnação, a maior de sua história. Um programa emergencial econômico havia sido organizado como tentativa de recuperar sua economia, porém tal programa apontava para o total desmonte da economia socialista, com privatizações em larga escala e uma forte redução do papel do Estado. Medida que gerou muita polêmica, pois não acarretou nenhuma alteração para ambos os lados: nem para os defensores de maior intervenção do Estado, nem para os defensores da privatização.

Em 1991, a economia da URSS demonstrava os piores índices, acabando por colocar a administração soviética “contra a parede”. Por sua vez, esta encaminhou um projeto que visava, até meado de 1992, privatizar amplos setores da economia, além de reduzir em muito o papel dos ministérios, um antigo símbolo da época intervencionista do Estado. A própria *Perestroika*, que havia iniciado todo o processo, estava em xeque diante da forte crise econômica.

O XXVIII Congresso do PCUS, sob forte pressão popular, é marcado pelo clima de cisão interna, somando-se às incertezas diante da derrota do setor mais tradicionalista em decorrência da supressão do Artigo 6º da Constituição, que atribuía ao PCUS o caráter de Partido Único. Era o fim do regime unipartidário. Não obstante o desmonte da estrutura stalinista, as forças armadas permaneciam vinculadas ao PCUS.

Vários partidos foram criados, outros como o antigo Menchevique e um partido de inspiração trotskista foram reorganizados. Além de um partido nacionalista e até de matriz fascista, muitos clubes políticos viriam a se transformar em partidos.

Gorbachev, com atribuição de presidente desde 1990, procurou se apoiar nas organizações institucionais, PCUS, KGB, instituições que, curiosamente, ele mesmo havia enfraquecido, e nas forças armadas, diante da crescente instabilidade que gerariam os fatos da crise final da URSS.

No verão de 1991, Gorbachev teve suas férias prolongadas quando, em 19 de agosto de 1991, seria destituído da presidência e teria sua prisão anunciada, sendo substituído por um Comitê de Emergência integrado, entre outros, pelo ministro da defesa e o chefe da KGB. Porém, essa tentativa de retirar Gorbachev da presidência foi frustrada. Boris Ieltsin surge como um “herói” da legalidade, garantindo a volta de Gorbachev à URSS, no entanto, sem condições de se sustentar politicamente. Em

agosto de 1991, a primeira experiência de construção de socialismo entrava em crise terminal, estava dado em breve o fim da União das Repúblicas Socialista Soviética.

O Natal cristão de 1991 foi marcado com o fim prematuro do Século XX. O Socialismo Real havia chegado ao fim, num lento processo de decomposição político-ideológica. Esgotava-se não apenas um governo ou um sistema político, mas toda uma forma, todo um modelo de construção socialista, a via soviética que marcou toda uma cultura política ao longo do século XX, com papel central e todos os principais eventos do século, desmoronava.

Mas o que de fato significaria tão dramático evento? Quais os impactos não somente na esquerda comunista de vertente soviética, mas no próprio cenário mundial? Afinal, vivíamos um século em que praticamente toda política externa das principais nações capitalista do mundo era baseada na “ameaça soviética”, além do fato de que o chamado terceiro mundo havia sido varrido por ditaduras “preventivas” anticomunistas. Como se desenvolveria agora essa parte do mundo?

Com a pulverização da ex-URSS e o desmantelamento total das experiências socialistas nos países europeus, todo movimento comunista internacional entrava em fragmentação. No mundo afora, diversos Partidos Comunistas convocavam congressos extraordinários e, em muitos casos, com pauta única: mudar ou acabar com os PCs.

*O fim da União Soviética provocou profunda crise nos partidos comunistas. Na Itália, o PCI se destacou por mais distanciamento diante da URSS, defendendo um comunismo moderno marcado pela descentralização e pela defesa da autogestão operária. Com o crescimento da crise soviética, o PCI, em 1990, optou por radicalizar o distanciamento ante o modelo soviético, mudando seu nome para Partido Democrático de Esquerda (PDS), tendo abandonado o uso da foice e do martelo como símbolo do Partido. (ROEDEL, 2002, p.76).*

### **Impressões do Brasil nos anos 80**

O Brasil não fica inabalado diante dos acontecimentos no mundo. A década de 1980 é marcada pela retomada de grandes manifestações políticas, o que denota a rearticulação da correlação de forças no país. Se por um lado os rearranjos das oligarquias buscavam se situar frente às novas demandas externas, postas pela reestruturação do regime do capital no campo político e econômico, por outro a reorganização e o avanço do movimento sindical davam novas características à luta de

classes em âmbito nacional. Tais alterações e experiências dialogaram de modo a impor mudanças significativas não só no Brasil, como no continente americano.

Em relação às disputas intra e interoligárquicas no país, estas se situam em dois níveis: um externo e outro interno. No que se refere ao externo, o gradativo distanciamento do imperialismo em relação à ditadura empresarial/militar que se pôs em fins dos anos 70 fragilizando suas bases de sustentação social, trouxe um quadro de incertezas políticas. Era posto em xeque, com tal atitude do imperialismo, o modelo de desenvolvimento econômico do regime extremamente dependente de recursos externos.

O imperialismo se encontrava em posição fragilizada pelas duas crises do petróleo da década de 1970, o que agravou a situação financeira de seus Estados contaminando o mundo nos anos posteriores e impondo, desde então, a escassez de recursos circulantes ao longo dos anos 80. Contudo, o domínio das novas tecnologias de comunicação contribuiu para os EUA, a partir da gradativa conexão em rede das principais praças financeiras, imporem hegemonia do dólar como lastro às economias mundiais.

Diante das novas possibilidades tecnológicas de circulação de capital, duas novas condições se apresentam: o avanço da financeirização da economia e o erguimento do neoliberalismo como ideologia da nova conjuntura que se consolidaria como hegemônica na década seguinte. Nesse sentido, as forças político-econômicas que no Brasil se encontravam dependentes do financiamento do Estado e, em especial, os defensores da intervenção estatal na economia sofrem fortes abalos diante da nova conjuntura que se abria.

O rearranjo no centro do regime do capital se anunciara com as eleições de Margaret Thatcher como primeira-ministra britânica em 1979 e de Ronald Reagan como presidente dos EUA em 1981. A partir dessas duas eleições, a face neoliberal do regime do capital se delineia se impondo como alternativa à crise econômica que se estendia, inclusive, ao Leste europeu. Uma alternativa do capital que se contrapunha, portanto, ao estatismo das ditaduras latino-americanas.

Dessa forma, a composição sociopolítica de sustentação do governo do general João Batista de Oliveira Figueiredo (1979–1985) foi marcada pela instabilidade entre a linha dura estatista e os setores oligarcas “liberais”. Soma-se e contribui para tal situação, nesse caso, o avanço da mobilização popular impulsionado pela sociedade

civil<sup>4</sup> que dava mostras de organização, assumindo a gradativa condição de protagonista do processo político brasileiro.

A divisão interna do regime ditatorial se manifestava em tensões em diversos aspectos. No entanto, o desespero da linha dura se revelou com evidência através dos atentados terroristas à bomba que, em fins de 1980, já chegavam a 46 atos. Desses, os mais emblemáticos foram os ocorridos na Câmara dos Vereadores e na OAB, na cidade do Rio de Janeiro, em 27 de agosto. Era uma clara tentativa de intimidar a oposição que incentivava e se sustentava na crescente mobilização popular.

*Duas bombas de alto teor explosivo provocaram a morte de uma senhora e ferimentos em outras seis pessoas, ontem, no Rio, em dois atentados ocorridos no início da tarde: um, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil e outro na Câmara dos Vereadores. Num terceiro atentado, de madrugada, uma bomba de pouca potência destruiu parcialmente a sala do jornal "Tribuna da Luta Operária", não fazendo vítimas.*

*A bomba colocada na sede da OAB atingiu a secretária da entidade, Lida Monteiro da Silva, que teve o braço decepado, vindo a morrer minutos após ter dado entrada no hospital. No atentado na Câmara dos Vereadores, o sr. José Ribamar de Freitas, tio e assessor do vereador Antônio Carlos de Carvalho, do PMDB, perdeu um braço e uma vista...*

*Em Brasília, o presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, afirmou que "a impotência do governo mergulhará o País no caos e na anarquia". A CNBB, através do bispo d. Cláudio Hummes, afirmou que os atentados intranquilizam a Nação, "sobretudo porque não se enxerga uma saída que faça cessar os atos de terrorismo".*

(Fonte: [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_28ago1980.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_28ago1980.htm) – acessado em 15/11/2011).

Dando prosseguimento à onda de atentados, na noite de 30 de abril de 1981, no Riocentro, no show de comemoração ao 1º de maio, mais uma bomba explodiu. Diante da gravidade do ocorrido, até mesmo a TV Globo, considerada um importante *aparelho ideológico de Estado*<sup>5</sup> da ditadura, manifestou-se fazendo a cobertura do episódio que matou um dos terroristas e sargento do Exército, Guilherme Pereira do Rosário, e feriu o outro, o capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do DOI-CODI.

*A Rede Globo começou a noticiar o atentado no Riocentro na manhã seguinte, dia 1º de maio, em flashes ao longo da programação... A informação foi posteriormente desmentida pelo delegado Newton Costa, diretor do Departamento Geral de Investigações Especiais, e pelo general Gentil Marcondes Filho, comandante do I Exército...*

*Ainda naquele dia, o incidente dominou toda a edição do Jornal Nacional... O telejornal apresentou declarações indignadas de políticos, como José Sarney, Mário Andreazza e Miro Teixeira e a versão do secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, general Waldyr Muniz, que culpou os comunistas pelo atentado.*

(Fonte: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-250544,00.html> - acessado em 4/11/2011).

Mas o aparato repressor do Estado, apesar da divisão interna do regime, não deixou de ser utilizado. Objetivando silenciar versões contrárias à da linha dura, mesmo quando vindo de seus aliados de longa data, “A reação ao noticiário do Jornal Nacional foi imediata e a redação da TV Globo foi ocupada pelos militares na manhã do dia seguinte” (idem).

Era uma reação ao avanço das mobilizações populares questionando e fragilizando o consenso em relação ao regime. Nessa linha, o movimento sindical se reaglutinava e em agosto de 1981, em Praia Grande – litoral paulista –, foi organizada a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), demonstrando unidade política e elevação da consciência de classe ao criarem uma comissão para se organizar a Central Única dos Trabalhadores – Comissão Pró-CUT.

Contudo, a unidade não durou muito tempo. Quando da preparação da conferência seguinte, a Comissão se dividiu em duas tendências: uma, liderada pelo PCB, defendia que as condições históricas ainda não estavam dadas para a criação da CUT, enquanto a outra, liderada pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT),<sup>6</sup> afirmava o oposto. Nessa perspectiva, o grupo seguindo a posição petista organizou, em 1983, o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em São Bernardo do Campo (SP), dando origem à CUT no dia 28 de agosto de 1983.

Por sua vez, o grupo majoritário, do qual o PCB fazia parte, organizou-se em torno da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que em 1986 se transformaria em Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Mesmo entendendo que a luta maior era a eliminação do regime autoritário, as duas tendências passaram a disputar a hegemonia sobre o movimento sindical nacional, cujo embate se daria, nos anos posteriores, entre a concepção da unicidade e do pluralismo sindical.

O PCB, marcado por sua aliança com setores considerados “atrasados” politicamente e, muitas vezes, denominados de “pelegos”, viu sua hegemonia ser

questionada pela ascensão do PT. Um reflexo direto da estratégia dos comunistas em relação à concepção de transição para o regime democrático liberal.

No campo político nacional, o PCB se movimentava de modo a evitar o confronto direto com as forças conservadoras. Entendia-se que a política de alianças amplas, e que tinha como centro o PMDB, ofereceria a confiança necessária para atrair os conservadores e dividir o regime. Contudo, tal estratégia impactou de forma negativa no mundo do trabalho que, pressionado pela carestia, encontrava-se em ambiente propício à radicalização do discurso de oposição sindical.

Diante da crise econômica e social, o regime respondia com medidas que contribuíam para agravar as tensões políticas ao assinar, em janeiro de 1983, uma “carta de intenções” com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no qual se comprometia a “reduzir a taxa de expansão da base monetária, apertar o crédito, diminuir o déficit do setor público, fazer desvalorizações mais frequentes, eliminar subsídios e restringir aumentos salariais” (SKIDMORE, 1988, p.460).

A estratégia do PCB, justificada em seu documento “Uma alternativa democrática para a crise brasileira”, era a de apostar no movimento que se expandia no campo institucional a partir da emenda constitucional, apresentada pelo deputado do PMDB Dante de Oliveira, propondo eleições diretas para presidente da república. Os comunistas viam nesse movimento potencialidade para a conscientização popular e, ao longo dos anos de 1983 e 1984, a sociedade brasileira presenciou as maiores mobilizações de massas até então ocorrida no país: as *Diretas Já*. Era o sintoma de mudança da correlação de forças no cenário político nacional.

Se por um lado a formulação estratégica dos comunistas brasileiros se evidenciava como correta, o mesmo não se podia dizer de sua tática. Sua inserção no movimento sindical sofria as consequências diretas da macropolítica que era definida pela oposição petista como sendo de conciliação de classes. Ou seja, havia um evidente descompasso entre estratégia e tática, o que significava a separação da unidade entre teoria e prática.

Mesmo a emenda das *Diretas Já* não tendo sido aprovada pelo Congresso Nacional, as manifestações se mantiveram. Agora não mais para a sua aprovação, mas para pressionar o Colégio Eleitoral e eleger Tancredo Neves presidente.

A alteração na correlação de forças demonstrava o enfraquecimento do regime ditatorial que se dividia com o surgimento da Frente Liberal. Seus protagonistas eram políticos influentes, como: o Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, e o líder do governo no Senado e presidente do Partido Democrático Social (PDS) – partido de sustentação do regime –, José Sarney, além do senador Marco Maciel e do ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que passavam a apoiar a candidatura de Tancredo. No outro extremo do regime, a disputa se dava, nos quadros do PDS, entre o coronel e ministro Mário Andreazza, e o empresário e deputado federal Paulo Maluf. Este, na convenção do partido, sai vitorioso na disputa e é ratificado como o candidato do regime.

Em 8 de agosto de 1984, José Sarney se transfere para o PMDB, selando a aliança entre as oligarquias e permitindo o lançamento da chapa Tancredo/Sarney que viria a ser vitoriosa na disputa no Colégio Eleitoral. A *Aliança Democrática*, como ficou denominada, seria fruto de uma engenharia política composta de forças que iam da direita à esquerda, porém sem a presença do PT que nesse momento apostava na radicalização da luta de classes.

O PCB, uma das forças protagonistas na construção da conjuntura que se inaugurava, denominada de “*Nova República*”, participaria, no entanto, de forma periférica do novo governo. A perda de espaço no movimento sindical, por parte dos comunistas brasileiros, enfraquecia seu poder de interferência na política nacional e, em decorrência, instalava uma crise interna entre as correntes existentes. Mesmo diante do que era evidenciado nessa conjuntura, o PCB manteve como linha estratégica, em seu VII Congresso, a definição da transição ao socialismo pela via da democracia de massas em aliança com as oligarquias.

O isolamento político se aprofundava ao mesmo tempo em que se encontrava excluído das decisões políticas do governo da “*Nova República*”. Em um primeiro momento, o governo foi organizado sob forte influência da ala progressista do PMDB, liderada pelo deputado Ulysses Guimarães, apesar de José Sarney ter assumido o governo de transição devido à morte de Tancredo.

A herança inflacionária levou o governo, em uma atitude antiliberal, a intervir no mercado com a adoção, em 28 de fevereiro de 1986, do Plano Cruzado. Este Plano trazia uma clara orientação intervencionista e apelo popular ao estabelecer, entre outras



medidas, o congelamento de preços com base no dia anterior, congelamento do câmbio, reforma monetária, congelamento dos salários pela média dos seis meses anteriores, estabelecimento do salário mínimo em Cz\$840,00, o que equivalia a US\$67,00, reajustes salariais automáticos através do “gatilho salarial” quando a inflação atingisse 20%.

Nesse mesmo ano foram eleitos, beneficiados pelo apoio popular ao Plano Cruzado, além dos novos governadores, o legislativo federal que também funcionaria como um congresso constituinte. Tais eleições possibilitaram redesenhar os rumos do governo, privilegiando a tradicional concepção patrimonialista da prática política da classe dominante brasileira na redefinição dos cargos. Com isso, o primeiro escalão foi partilhado entre os representantes das oligarquias e tendo os políticos mais próximos do presidente ocupado os de maior visibilidade eleitoral.

*Com o novo ministério, o governo passa a ter uma nova divisão de trabalho. Aos amigos do presidente José Sarney caberá a função de construir estradas, distribuir água no Nordeste e arrumar votos. Aos chefes do PFL não faltou reforço no caixa, em pastas de grande peso eleitoral. Para o PMDB, ficou a promessa de muita dor de cabeça... (VEJA, n° 911, 19/02/86, p.22).*

Ficava evidente a disputa de dois projetos societários existentes no seio da classe dominante. Se por um lado o segmento que gravitava em torno da liderança política de Ulysses Guimarães, Pedro Simon e Severo Gomes comportava o viés de um desenvolvimento capitalista nacional, o que implicava na aproximação às demandas populares como condição para o fortalecimento do mercado interno, por outro o segmento que se punha ao lado de José Sarney, Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel oscilavam entre os interesses do latifúndio e do capital internacional sob a velha prática do coronelismo patrimonialista.

A maioria das forças de esquerda e progressista orbitava em torno do bloco liderado por Ulysses. Porém, os planos econômicos<sup>7</sup> que se seguiram permitiram ao PT capitalizar politicamente se posicionando como crítico dessa aliança, bem como apontando suas limitações em relação aos interesses dos trabalhadores. O mesmo era apontado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola, defensor de

projeto personalista de caráter populista, que igualmente buscava caminho próprio se apresentando como alternativa à crise.

Ficava evidente a inexistência, naquele momento, de forças políticas hegemônicas na sociedade quando as oligarquias se fracionaram em diversos partidos. Mesmo que nos trabalhos da constituinte tenha se evidenciado a capacidade de articulação dessas oligarquias em torno da defesa de seus interesses corporativos a partir da organização do “Centrão”, a existência deste denotava também a falta de um projeto nacional, societário. Ou seja, prevaleciam apenas projetos privados por parte de setores significativos das classes economicamente dominantes liderados por sua elite política.

A esquerda, os setores nacionalistas e alguns setores minoritários da burguesia com projeto de uma constituição de perfil inclusivo socialmente não conseguiram abalar o caráter patrimonialista do Estado brasileiro. Apesar de considerada a constituição cidadã, a Constituição de 1988, em linhas gerais, foi moldada de acordo com os interesses do “Centrão”.

Cabe destacar, no entanto, um fato ocorrido ainda nos trabalhos constituintes. Com a rearticulação das oligarquias em âmbito nacional, foi criado em 25 de junho de 1988, por dissidentes do PMDB, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Este agrupamento desde seus primeiros anos de existência se posicionou por um viés de perfil liberal.

Nesse cenário, as eleições presidenciais de 1989 assumiram novos contornos políticos, apesar dos 22 candidatos. A polarização entre esquerda e direita se evidenciou entre Lula (PT) e Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN). No segundo turno das eleições, enquanto o PT compôs um leque de alianças dos partidos de esquerda e do centro-esquerda mais o apoio do movimento sindical e dos movimentos sociais, porém rejeitando a “ala dos autênticos” do PMDB, Collor sensibilizava o outro extremo. Atraiu parcelas da classe média conservadora e moralista, o empresariado industrial e comercial, os banqueiros brasileiros e internacionais, os grandes proprietários rurais, o capital internacional, configurando, com isso, uma composição de espectro conservadora.

Ao PCB, que no primeiro turno havia lançado a candidatura de Roberto Freire a presidente, não restaria outra alternativa a não ser apoiar Lula. Contudo, a crise que já se anunciava no Leste europeu a partir dos acontecimentos ocorridos em Berlim e que

culminaria na queda do Muro em 28 de novembro de 1989, fragilizava ainda mais a participação e influência dos comunistas no âmbito da nacional.

A vitória de Collor inauguraria uma nova conjuntura, em que o neoliberalismo se afirmaria como força político-ideológica hegemônica. Por sua vez, o PCB presenciaria o aprofundamento de sua crise interna ao viver

*com muita intensidade o dilema que atingia todos os partidos que se pretendiam representantes da classe operária, mas que estavam inseridos no jogo eleitoral. A escolha era entre ser um partido homogêneo em termos de apelo à classe operária, porém condenado a derrotas eleitorais, ou ser um partido que diluísse sua orientação em termos de classe operária, mas que, por isso mesmo, conseguisse êxito eleitorais (PANDOLFI, 1995, p.237).*

### **O PCB e os ventos que vinham do Leste**

No Brasil, a convocação do Congresso X, em 1992, não possuía apenas na queda do Leste Europeu, em especial da URSS, seus motivos, mas surge também como consequência das resoluções do IX Congresso, realizado um ano antes.

Os acontecimentos que culminaram com a queda dos regimes do chamado Socialismo Real apenas apressaram e serviram para justificar/legitimar a necessidade, agora apresentada como imperativa, de mudança radical na estrutura partidária.

Ivan Pinheiro, um dos principais articuladores do Movimento Nacional em Defesa do PCB, em entrevista assim descreve os fatos sobre o período:

*A crise na URSS animou o Roberto Freire a convocar uma reunião do Comitê Central, em outubro de 1991, com uma pauta única: convocação de um congresso extraordinário do Partido para a discussão de uma nova formação política. Era uma reunião de cartas marcadas, pois se sabia que por 2/3 Roberto Freire iria conseguir convocar o congresso. Fomos para Brasília, onde ocorreria a reunião, já com o manifesto em defesa do PCB rascunhado (ROEDEL, 2000, p.102-3).*

Após a reunião, o grupo encaminhou a organização de uma plenária nacional para novembro, onde seria apresentado e lançado o Manifesto Nacional em Defesa do PCB. Tal plenária se realizou em novembro com a participação de 14 estados com delegação, que, além de lançar o manifesto, optou por disputar o congresso.

O manifesto se caracterizava por 20 pontos, dentre eles:

*1 – Manifestar seu mais veemente repúdio à postura liquidacionista da maioria do Comitê Central, que convocou um congresso extraordinário, com a finalidade exclusiva de tentar extinguir o nosso Partido, criando outro em seu lugar;*

*2 – Denunciar que essa convocação representa a capitulação ante a histeria anticomunista surgida após os acontecimentos da União Soviética e um golpe contra as deliberações do 9º Congresso, recém-realizado. A nova Formação Política aprovada no Congresso foi definida como uma frente Política no qual o nosso Partido preservaria a sua identidade. Ali, repudiou-se, portanto, a liquidação do PCB. (...);*

*3 – Condenar a proibição das atividades do PCUS, a perseguição que fez aos comunistas por parte das autoridades do atual sistema de poder na URSS e manifestar solidariedade e apoio às vítimas dessa ignóbil perseguição. (...)* (Manifesto em Defesa do PCB, 1991).

Dentre os militantes do Comitê Central e outros mais destacados que assinavam o manifesto, estavam: Horácio Macedo, Ivan Pinheiro, Oscar Niemeyer, Francisco Milani, Zuleide de Faria Melo, Antonio Carlos Mazzeo, Carlos Teles, Edmilson Costa, Eduardo Serra e Anna Montenegro. Além desses, muitos outros militantes se integraram ao Movimento.

Estava evidente a cisão dentro do PCB, que na prática começava a se organizar já como duas organizações distintas em uma mesma estrutura partidária.

O setor hegemônico no Partido, parcialmente vitorioso no IX Congresso, começava uma ofensiva diante da possibilidade de uma nova parcial vitória. Nessa ofensiva, foi criado um espaço denominado Fórum Socialista, onde simpatizantes e amigos do PCB participariam não somente das discussões congressuais, mas elegeriam representações e delegados ao Congresso.

Os fóruns socialistas possuíam, na ótica da maioria do Comitê Central, a atribuição de ampliar debates fundamentais para o Partido com o conjunto da sociedade. Várias “personalidades” da política, acadêmicas, artistas eram convidados a se integrar aos fóruns socialistas, inclusive pessoas com filiação partidária em outras organizações, como levanta a acusação dos membros do Movimento Nacional em Defesa do PCB.

Ainda no mês de Novembro, é lançado o Jornal “Partido Novo: Rumo ao X Congresso” pela maioria do Comitê Central. O jornal buscava apresentar as propostas dos “renovadores” ao conjunto da militância e da sociedade, além de transmitir os informes da última reunião do Diretório Nacional.

Num dos documentos do Jornal, é apresentada a proposta do PCB para a crise política e econômica brasileira. Nesta, além de se posicionar contra o *Impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, alegando a necessidade de se preservar a legalidade eleitoral, é indicado um programa de privatizações, num conjunto de medidas que visavam identificar as empresas estratégicas para o Brasil e as que deveriam ser privatizadas. Essas propostas privatistas do PCB se assemelhavam e buscavam legitimidade no conjunto das propostas de Gorbachev da década de 1980, a *Perestroika*, que nos últimos anos do período soviético haviam demolido a estrutura estatal da URSS. O Jornal também apontava uma lista com vários intelectuais que apoiariam a mudança no partido.

Tais intelectuais se vinculavam à ideia da “Radicalidade Democrática”, proposta de levar a democracia a amplas esferas da vida pública. Outras questões que não haviam sido definidas eram apresentadas como já debatidas e superadas no IX Congresso, tais como a aplicação do conceito de democracia como um valor universal, a rejeição da ditadura do proletariado, do regime de partido único, e de toda herança do “falido regime do socialismo real e de Lênin”

*Requer-se do novo partido que não tenha medo de parecer pouco revolucionário e ao qual razões humanistas o impeçam de esperar o socialismo chegar para combater a miséria absoluta de expressiva parcela da população...*

*A decisão de dar vida a um novo partido de esquerda não nega o passado, mas representa uma superação do projeto político original que deu origem ao PCB em 1922 (Partido Novo: Rumo ao X Congresso do PCB, 1991, p.7-8).*

O Jornal apresentou as normas para o congresso, nas quais encaminhava a participação de não filiados com direito à voz e voto aos representantes eleitos pelos Fóruns Socialistas.

Nesse mesmo mês de novembro, algo inusitado ocorreria. Roberto Freire havia encaminhado junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, INPI, o registro em seu nome da sigla PCB, do nome do Partido Comunista Brasileiro, do símbolo da foice e do martelo, além da expressão “Partidão”. Ação essa que gerou revolta em vários militantes, inclusive alguns membros do Comitê Central encaminharam junto ao INPI o pedido de recusa por parte da solicitação de Freire.

Havia a constatação de que com o auxílio dos delegados não partidários eleitos pelos fóruns socialistas, o grupo de Freire teria ampla folga em votos no tema central do Congresso, a questão do partido. O Movimento nacional em defesa do PCB optou por se retirar do congresso que eles não reconheciam como legítimo por várias razões, como: pelo fato de não ter tribuna de debate e ter direito a voto os não filiados ao partido. Um conjunto de posturas que feriam o Estatuto do Partido, deslegitimando o Congresso como espaço deliberativo.

Foram designados para a tarefa de se pronunciarem em nome do movimento que se retirava do congresso os membros do Comitê Central, Ivan Pinheiro e Horácio Macedo. Após a intervenção, os militantes do movimento passaram a ser designados, pela maioria do congresso, de ortodoxos. Estes se retiraram em passeata por São Paulo, local do Congresso, e reuniram em uma conferência paralela organizada com o objetivo de reorganizar o PCB.

Havia sido registrado junto ao TSE o nome de Partido Comunista com o presidente de honra Oscar Niemeyer e secretário geral Horácio Macedo, com um dispositivo estatutário que possibilitava, após reconquistar o nome de PCB, transformarem o PC em PCB. Com a reivindicação de toda a herança “pecebista” (nome, sigla, expressão, símbolo) encaminham junto ao TSE o pedido de registro do PCB. O ministro Sepúlveda Pertence declara aos direitos de herança a quem os quer, não a quem rejeita. Assim, a partir de então, o PC assume a denominação de PCB.

Com a decisão do ministro, os militantes do PCB, reorganizados, iniciam uma corrida para organizar e filiar militantes de acordo com as normas exigidas pelo TSE, para conseguir o registro legal de Partido.

Os militantes e dirigentes, que se qualificavam em ampla maioria, permaneceram no Congresso. Estes apoiaram a mudança do nome de PCB para Partido Popular Socialista (PPS), e aprovaram um novo programa e um novo estatuto, como previsto.

O PPS procura, desde sua organização, enquadrar-se em seu programa e busca ampliar as alianças. Atuando dentro da legalidade eleitoral, tem na democracia liberal seu ponto central. Quanto aos paradigmas ideológicos, o partido assumiu um caráter híbrido ao buscar se alinhar aos valores da economia de mercado e ao neoliberalismo, sem se definir como um partido de classe. Sua opção, portanto, não foi a de “sacudir dos

ombros toda a velha porcaria e tornar-se capaz de uma nova fundação da sociedade”, mas de se aliar às velhas e tradicionais oligarquias das classes dominantes do país.

O PCB, por outro lado, aponta, desde a conferência realizada no momento da ruptura, à organização de um X Congresso “de fato” para o início de 1993. O objetivo era de restabelecer as “linhas revolucionárias e internacionalistas” do Partido criticando, com isso, o passado recente de conciliação da década de 1980. Diante desse quadro 70 anos após ter sido fundado, o PCB se reorganizou num momento de forte crise dos valores comunistas, de solidariedade de classe e de crise do marxismo, porém, sem deixar de reivindicar para si a representação do proletariado e seu compromisso com a revolução social de caráter comunista.

### **THE WINDS THAT BLEW FROM THE EAST: THE PCB BETWEEN THE END OF HISTORY AND MARXISM**

**Abstract:** *This article aims to compare the political and ideological struggle that took place on the PCB and that led to the creation of the PPS, with the process of change evident in the former USSR and Eastern Europe. Viewed dialectically, the impact of such changes, associated with the dynamic history of Brazil in 80 years of the twentieth century, results in different paths to the Brazilian communists that lead to the division into two parties.*

**Keywords:** *PCB; Politics; Brazil history; communism; revolution.*

### **Referências Bibliográficas**

COUTINHO, C. Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

**Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

GORBATCHEV, M. **Perestroika: Novas ideias para o meu país e o mundo**. São Paulo: Best Seller, 1987.

GORENDER, Jacob. **Perestroika: origens, projetos e Impasses**. São Paulo: Atual Editora, 1991.

LENIN, Vladimir I. **A Falência da II Internacional**. São Paulo: Kairós, 1979.

\_\_\_\_\_. **Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo**. Rio de Janeiro: Vitória, 1960.

\_\_\_\_. O Estado e a Revolução. *In*: LENIN, Vladimir I. **Obras Escolhidas V: II**. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1980.

\_\_\_\_. Para o quarto aniversário da Revolução de Outubro – publicado em 18 de Outubro de 1921, Pravda, nº 234. *In*: LENIN, Vladimir I. **Obras Escolhidas V. III**. São Paulo: ALFA-OMEGA. 1980.

MALINA, Salomão. **Voz da Unidade**, Janeiro de 1988.

MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DO PCB. **Manifesto em Defesa do PCB**. Brasília, 1º de Setembro de 1991.

PANDOLF, Dulce. **Camaradas e companheiros. História e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Novo Partido de Esquerda. *In*: **Partido Novo: Rumo ao X Congresso do PCB**, 1991.

PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA (Documento). **O Poder aos Sovietes: Relatório a XIX Conferência Nacional do PCUS apresentado por Mikhail Gorbachev**. Rio de Janeiro: Revan, 1988.

ROCHA, Ronald. **O Movimento Socialista no Limiar dos Impérios Financeiros (crônica da Segunda Internacional)**. Belo Horizonte: O Lutador, 2006.

ROEDEL, Hiran et alli. **PCB, 80 anos de Luta**. Rio de Janeiro: FDR, 2002.

\_\_\_\_. **Atitude Subversiva: Biografia de Ivan Pinheiro**. Rio de Janeiro. FDR, 2000.

UNIÃO DAS SOCIEDADES DE AMIZADES COM A UNIÃO SOVIÉTICA. Voto Consagrou Socialismo de Face Nova e mais Humana. **Revista Em Foco**. Rio de Janeiro, nº 73, p. 4 -5, 1989.

MARX, K. **A Ideologia Alemã** – capítulo I - [6. Conclusões da concepção materialista da história: continuidade do processo histórico, transformação da história em história mundial, a necessidade de uma revolução comunista]. [www.marxists.org](http://www.marxists.org).

\_\_\_\_. **Teses sobre Feuerbach**. [www.marxists.org](http://www.marxists.org).

STÁLIN, J.V. **Perigos de Degenerescência do Estado Soviético**. 09 de junho de 1925. [www.marxists.org](http://www.marxists.org).

## Notas



---

<sup>1</sup> O Chamado Partido Bolchevique não era de fato um Partido, mas uma seção do Partido operário Social Democrata da Rússia, que polarizava internamente com a outra seção, os Mencheviques. Com a Revolução, os Bolcheviques assumem a denominação de Partido Comunista Russo, posteriormente com a fundação da URSS se torna Partido Comunista da União Soviética, o PCUS.

<sup>2</sup> O Termo Socialismo Real se mostra deveras impreciso, pois limita o conjunto de possibilidades do Socialismo ao modelo soviético de construção socialista. Como se somente esse modelo fosse realmente possível.

<sup>3</sup> Esse conjunto de debates não eram somente produtos de novas ideias, mas também reflexos de um conjunto de transformações que ocorriam no conjunto das relações de produções, com a intensificação das revoluções técnico-científicas que acarretavam um conjunto de transformações nas plantas das fábricas, onde os reflexos dessa nova investida no mundo do trabalho influenciavam não apenas objetivamente, mas como as subjetivações da classe proletária, que cada vez menos se identificava enquanto classe trabalhadora e se viam cada vez mais integrados a uma nova ordem “pós-industrial”.

<sup>4</sup> Utilizamos aqui o conceito gramsciano que denomina a sociedade civil o conjunto de organismos privados onde se organiza a hegemonia e o consenso.

<sup>5</sup> Os Aparelhos Ideológicos de Estado são instituições distintas e especializadas na reprodução das relações de produção e sociais, de um modo geral, orientando as formas de apreensão da realidade para a produção do consenso.

<sup>6</sup> O PT, fruto do movimento grevista de 1978/79, foi fundado em 1980 com a proposta de organização que se contrapunha ao centralismo democrático do Partido Comunista, passando a se constituir por tendências. Tal proposta permitiu a convivência de religiosos, de sindicalistas, de ex-integrantes da luta armada, de socialistas, de intelectuais e de segmentos da classe média das mais colorações políticas. Nessa forma de organização, a possibilidade de militância sem o compromisso e a obrigação de defender as posições do partido que não concordassem permitiu, portanto, o seu crescimento vertiginoso.

<sup>7</sup> Foram mais dois planos econômicos: em junho de 87, o governo decretou o Plano Bresser; o Plano Verão foi anunciado em janeiro de 1989, decretando um novo congelamento, além de criar o cruzado novo.

<p>This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.</p>
--